UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA - Educação a Distância (ED580-IM)**
Disciplina	**D0004/I - POLÍTICA EDUCACIONAL - ENSINO FUNDAMENTAL**
Turma Local	**EDPE-IM**

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Investigação da organização e do funcionamento escolar. Análise da educação básica no contexto da sociedade brasileira. Estudo dos fundamentos teóricos que norteiam a estrutura do sistema educacional brasileiro. Pressupostos e metas das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. As políticas e a legislação na Educação Básica no País, Estado e no Município.

I. Objetivos

I. OBJETIVO GERAL:
• Fornecer subsídios ao futuro educador para análise do sistema educacional em sua relação com o contexto social.
II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
• Conhecer e analisar a Educação básica e Superior no cenário das políticas educacionais brasileiras, apontando sua história e suas características atuais;
• Pontuar conceitos e determinações legais que compõe a esfera educacional em espaço nacional;
• Compreender a função do Estado enquanto promotor das políticas educacionais.

II. Programa

Unidade 1: Relação Educação, Estado e Sociedade Civil no Brasil
1.1. Conceituação: Estado, Sociedade Civil e Política Educacional
1.2. Panorama histórico da formação do estado brasileiro
1.3. Educação como política pública
1.4. Trajetória da política educacional brasileira
1.5. Federalismo e educação: o sistema de cooperação
Unidade 2: A organização da educação brasileira: estrutura e funcionamento
2.1. A estrutura do sistema de ensino: federal, estadual e municipal.
2.2. Princípios da organização conforme a LDB 9394/96
2.3. Organizações administrativas, pedagógicas e curriculares do sistema de ensino.
2.4. Níveis e modalidades de educação e ensino
2.5. Financiamento da educação pública
Unidade 3: A Educação Básica e Superior no cenário das políticas educacionais brasileiras
3.1. Caracterização da Educação Básica
3.2. Formas e intervenção do Estado no sistema educacional
3.3. Histórico mudanças legais, financiamento e formas de avaliação
3.4. Políticas de currículo (Diretrizes Curriculares e Base Nacional Comum Curricular)
Unidade 4: Os desafios atuais das políticas educacionais
6.1. Política de formação de professores: limites e perspectivas
6.2. O currículo e as orientações legais
6.3. O Plano Nacional de Educação (2014 -2024)

III. Metodologia de Ensino

A disciplina será trabalhada de maneira que, os acadêmicos possam participar das discussões, bem como, questionar, expressar suas reflexões sobre os conteúdos abordados na disciplina. Dessa forma, a disciplina terá como subsídios leituras orientadas na plataforma moodle, livros, textos, vídeo-aulas, web conferências e demais ferramentas pedagógicas disponibilizadas no ambiente virtual de aprendizagem.

IV. Formas de Avaliação

A avaliação se dará de maneira contínua e processual, baseada na participação acadêmica ativa em todo o processo. Serão avaliados aspectos de presença e participação nas aulas síncronas, participação no Fórum proposto bem como na realização pontual de todas as atividades propostas.

V. Bibliografia

Básica

AMARAL, Nelson Cardoso. Os desafios do financiamento da educação brasileira até 2050: o Brasil possui condições para um salto educacional?. Publicado no Anais do Evento da ANPAE 2010. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/92.pdf. Acesso: fevereiro de 2018.
ARAÚJO, Gilda Cardoso. Direito à educação básica; a cooperação entre os entes federados. Revista Retratos da Escola, v.04, n.07, p.231-243, jul/dez, 2010.
ARAÚJO, G. C. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	**2024**
Tp. Período	**Anual**
Curso	**PEDAGOGIA - Educação a Distância (ED580-IM)**
Disciplina	**D0004/I - POLÍTICA EDUCACIONAL - ENSINO FUNDAMENTAL**
Turma	**EDPE-IM**
Local	

Carga Horária: **102**

PLANO DE ENSINO

definição e regulamentação do regime de colaboração. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v.28, n.2, 2012. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/37419. Acesso em 27/08/2017

AZEVEDO, Janete Lins. A Educação como política pública. Editora Autores Associados: Campinas, 2004.

BRASIL. Constituição Da República Federativa, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diário Oficial da União, Brasília, 1996. Disponível em . Acesso em 10 fev. 2015.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Disponível: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3. Acesso em 15 de maio de 2014.

Base Nacional Comum Curricular. Versão Preliminar. 3ª versão revista. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2017.

COSTA, A. C. O regime de colaboração entre a União, estados e municípios no financiamento da educação no Brasil. RBPAE, v. 26, n. 1, p.105-121, 2010. Disponível em . Acesso em: 20 mar. 2017.

FRIGOTTO, G. Política e gestão educacional na contemporaneidade. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. A. (Org.). Crise da escola e políticas educativas. Belo Horizonte- MG: Autêntica, 2009, p. 65-80.

IPARDES. Leituras regionais: mesorregiões geográficas. Curitiba: IPARDES, 2004.

Perfil avançado dos municípios. Disponível em: Acesso em: 21 jan. 2016.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. e TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed., São Paulo: Cortez, 2012.

MASSON, G. Requisitos essenciais para a atratividade e a permanência na carreira docente. Revista Educação e Sociedade, p. 1-16, 2016.

NOMERIANO, A.S et al (Org). As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

PEREIRA, J. M. M; PRONKO, M. (Orgs.). A demolição dos direitos: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro: 2015.

PINTO, J. M. de R.; ADRIÃO, T. Noções gerais sobre financiamento da educação no Brasil. EccoS - Revista Científica, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2006

SAVIANI, Demerval. História das Ideias Pedagógicas no Brasil. Campinas: Ed. Autores Associados, 2007

SHEEN, M. R. C. C. A política educacional como momento de hegemonia: notas metodológicas a partir das contribuições de Antônio Gramsci. Revista HISTEDBR On-line. Campinas, n. 25, p. 3-12, mar. 2007

Complementar

APROVAÇÃO

Inspetoria: Coordenação Pedagogia - EAD

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 03

Data: 12/02/2020